

-----**ACTA N.º 183**-----

----- Aos vinte e dois dias do mês de Dezembro de dois mil e seis, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Dr. José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 54º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro (nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro). -----

-----**Ordem de Trabalhos**-----

- 1 - Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara. -----
- 2 - Período de antes da Ordem do Dia. -----
- 3 - Ordem do dia: -----
- 3.1– 2ª Revisão Orçamental; -----
- 3.2 – Empréstimo Bancário (80.670,00); -----
- 3.3 – Taxas do IMI/2007; -----
- 3.4 – Derrama/2007; -----
- 3.5 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem; -----
- 3.6 – Carta Europeia para a igualdade das mulheres e dos homens na vida local; ----
- 3.7 – Declaração sobre a luta contra o tráfico de seres humanos. -----
- 4 - Outros assuntos. -----
- 5 - Período destinado ao público. -----

----- Eram dezassete horas e quinze minutos quando o presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão. -----

----- Seguidamente, o presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário que procedesse à chamada. -----

----- Depois de realizada a chamada, foram registadas as faltas dos membros: Nuno Miguel Matos Silva e Rafael Ferreira Matos. -----

----- Sobre faltas, informou o presidente da assembleia municipal ter recebido e justificado as faltas dos membros Rafael Ferreira de Matos e Nuno Matos Silva, dadas na última sessão deste órgão. Aproveitou para voltar a referir a obrigatoriedade da apresentação de justificação por escrito no prazo de cinco dias. -

----- Seguidamente, foi submetida à apreciação a acta n.º 182, oportunamente, remetida aos membros da assembleia municipal, ficando dispensada a sua leitura. –

----- A acta da sessão anterior foi aprovada, por maioria, com a abstenção de Paula Cristina Vaz dos Santos; e os votos a favor dos restantes membros. -----

-----**1 - Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara**-----

----- O presidente da câmara disponibilizou-se para prestar qualquer esclarecimento adicional, caso houvesse qualquer dúvida. -----

----- Seguidamente, foi aberto um período para a colocação de questões sobre a comunicação escrita do presidente da câmara enviada, atempadamente, para todos os membros. -----

----- O membro Joaquim Zacarias solicitou um esclarecimento acerca da informação financeira, designadamente, sobre a parcela referente a “Caixa Gest Tesouraria”. O director dos serviços informou tratar-se da verba relacionada com a utilização de um empréstimo, que se encontra cativa de modo a não ser utilizada em fins diferentes e “Caixa Gest Tesouraria” trata-se de um fundo de investimento, de curto prazo, sem qualquer risco. -----

-----**2 - Período Antes da Ordem do Dia**-----

----- Antes das inscrições, o presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência enviada, essencialmente, de votos de boas festas, dirigidos ao presidente, mas extensivos a toda a assembleia. -----

----- Para este período, foram registadas as seguintes inscrições: António Ferreira, Edgar Jorge, Albano Macedo, José Braga, Francisco Ferreira e Joaquim Zacarias, que intervieram na seguinte sequência. -----

António Ferreira – Aproveitou para solicitar um esclarecimento à Câmara Municipal, sobre uma notícia publicada em Outubro deste ano, que refere ter sido efectuada uma estrada onde o membro António Ferreira era o único beneficiário, bem como, a celebração de um acordo entre a empresa Rosas Construtores, S.A. e a Câmara Municipal para a reparação das vias danificadas, devido à construção da A25. -----

O membro António Ferreira perguntou se era verdade haver um acordo escrito entre a Câmara e a referida empresa. -----

Outro aspecto abordado naquela notícia, diz respeito à afirmação onde é referido que a construção da estrada da Mata foi realizada à “revelia” da Câmara Municipal. Informou que estava incluída aquela obra no orçamento e plano plurianual de investimentos da Junta de Freguesia e, portanto, não deveria ser dado conhecimento à Câmara Municipal. Perguntou, se a Junta de Freguesia era obrigada a informar a Câmara Municipal. -----

Aquela notícia refere também que o caso é grave, porque não foram realizadas benfeitorias, por exemplo, na estrada para o lugar de Doninhas. Perguntou se a estrada de Doninhas foi danificada aquando da construção da A25. -----

No final daquela notícia é referido que este assunto fora entregue à consultora jurídica da autarquia para análise, conforme declaração prestada pelo presidente da câmara. O membro António Ferreira perguntou qual o alcance desta declaração e se a beneficiação da estrada da Mata prejudicou as benfeitorias que deveriam ser realizadas nas demais estradas, por onde passaram os veículos da empresa Rosas Construtores, S.A. -----

Informou, ter acompanhado todo o trabalho realizado desde o início da duplicação do IP5 (projecto), até à conclusão da A25, e sabe que a estrada de Doninhas foi pouco utilizada pelos veículos daquela sociedade, porque utilizaram um terreno junto à obra, que dava passagem para a Macida. Acrescentou, que a sociedade Mota/Engil utilizou muito a estrada de Doninhas. -----

Concluiu, solicitando esclarecimentos acerca dos assuntos expostos, em virtude de aparecer referenciada a Câmara Municipal na notícia publicada. -----

Manuel Soares – Começou por referir que não teve qualquer interferência na notícia publicada, porque sublinhara ao jornalista que não se pronunciava sobre assuntos relacionados com a Junta de Freguesia de Talhadas. -----

Continuou, dizendo que a declaração exarada no final da notícia, evidenciava a vontade de não se pronunciar sobre assuntos relacionados com a Junta de Freguesia e, acerca dos assuntos relacionados com o Município, referiu apenas que tinham sido remetidos para apreciação da consultora jurídica. Disponibilizou-se a fornecer os elementos relacionados com o procedimento desencadeado por esta entidade no âmbito do inquérito administrativo que decorre em relação ao troço sob a responsabilidade do consórcio. -----

Informou não existir qualquer acordo celebrado, apenas compromissos que surgiram nas reuniões realizadas no local com os responsáveis do consórcio, que levaram ao arranjo da maior parte das vias danificadas. No entanto, no âmbito do inquérito administrativo foi apresentado um pedido de beneficiação dos caminhos que possam suscitar algumas dúvidas, mas que desejavam vê-los reparados. -----

Edgar Jorge – Interveio, para informar que, na qualidade de representante dos presidentes de junta, esteve presente, conjuntamente, com os presidentes da câmara

e assembleia municipal, no XVI Congresso da ANMP, realizado no Parque das Nações, em Lisboa. Procedeu à leitura do documento que foi ordem de trabalhos do congresso extraordinário, convocado para análise e discussão das posições a tomar pela associação sobre a nova Lei das Finanças Locais. -----

Concluiu, abordando os pontos mais importantes do relatório entregue onde constam alguns dados importantes sobre a actividade das autarquias locais. -----

Albano Macedo – Recordou o evento ocorrido em 12 de Dezembro de 1976, relacionado com as primeiras eleições autárquicas. Sublinhou a importância da actividade das Freguesias e dos Municípios no desenvolvimento local e fomento da democracia, como resultado daquele facto histórico, lembrado através da campanha desenvolvida a nível nacional acerca da comemoração dos 30 anos do poder local. - Concluiu, sugerindo a constituição de uma comissão para organização de um evento destinado a homenagear os autarcas eleitos entre 1976 e 2001, que não desempenhem cargos autárquicos, e cuja sessão solene poderia ser agendada para o dia 25 de Abril do próximo ano. -----

A mesa sugeriu uma reflexão por parte dos líderes dos três partidos representados nesta assembleia, para apresentação de uma proposta no sentido de se homenagear os autarcas eleitos, conforme recomendação apresentada pelo membro Albano Macedo. -----

José Braga – Interveio, para sublinhar a necessidade de serem realizadas algumas intervenções, como por exemplo, na colocação de guardas de segurança na “Estrada de Couto a Lourizela”, mais concretamente, próximo da ponte. Sugeriu a aquisição de terreno junto à ponte de Lourizela, para construção de um largo destinado ao estacionamento dos veículos das pessoas que pretendam aceder ao rio. Perguntou ao presidente da câmara, qual a previsão para a colocação do tapete betuminoso naquela via. -----

Continuou, referindo a falta de reposição do piso nas valas abertas no centro da freguesia de Couto de Esteves para reparação de condutas rebentadas. -----

Perguntou a razão de ter sido efectuado um desaterro e soterrado novamente, num espaço junto à estrada que liga Rocas a Irijó, em princípio, destinado à construção de um depósito de água. -----

Alertou para a deficiente protecção com barras na horizontal, no acesso da Escola do Casal, onde existe uma rampa muito acentuada. Na sua opinião, os espaços deveriam ser diminuídos e possuir barras na vertical. -----

Em seguida, perguntou para quando está prevista a conclusão do canil em Paradela. Também, na mesma freguesia existem pessoas a queixar-se das queimas realizadas pelos funcionários no armazém da autarquia. -----

Por último, sugeriu que fosse classificada de interesse municipal a alteração do traçado da EN328 junto à pista do Alto do Roçário, na curva onde acontecem vários acidentes, para que seja rectificado de modo a ser desviado do traçado actual. -----

Manuel Soares – Quanto às guardas de segurança, informou que anotou o reparo apresentado, dizendo que seria ordenada a colocação das guardas de segurança na zona indicada, ou seja, antes da ponte de Lourizela. -----

Sobre a sugestão para criação de um largo junto à ponte de Lourizela, informou já ter solicitado ao vereador do pelouro para estudar essa solução, porque seria útil naquele espaço, pelos motivos indicados e, também, como ponto de partida para o percurso pedonal que está previsto assinalar-se junto ao rio. -----

Em relação à colocação do tapete na estrada de Couto a Lourizela, informou que estava para ser iniciado, mas os serviços técnicos da autarquia e os técnicos do

laboratório que elabora os relatórios sugeriram que, devido à elevada humidade existente no piso em *tout venant*, não fosse colocado o tapete, porque a rega de colagem não produziria qualquer efeito e provocaria deslizamentos ou fissuras no piso. -----

Informou que as valas abertas em Couto de Esteves, serão repostas quando for iniciado o trabalho de colocação do tapete na estrada de Lourizela. -----

Quanto ao desaterro em Irijó, informou que, inicialmente, estava prevista a construção do depósito naquele local. No entanto, devido à água que apareceu após a realização do desaterro, por recomendação dos técnicos, decidiu-se alterar a localização para outro espaço que, em termos de cotas, ficará melhor situado. -----

Seguidamente, o presidente da câmara deu a palavra ao vice-presidente para responder às restantes situações apresentadas. -----

António Coutinho – Sobre a protecção colocada no acesso à Escola do Casal, informou tratar-se de uma guarda de segurança que normalmente é colocada em zonas idênticas, que não possui o objectivo de evitar que qualquer criança ou pessoa fure por aquele espaço, porque serve apenas de amparo. -----

Quanto ao canil, informou que está praticamente concluído. -----

Relativamente, à queima de inertes, no armazém de Paradela, informou que alertou os funcionários para não realizarem essas queimas. -----

O presidente da assembleia municipal sugeriu, quanto às queimas realizadas no armazém, que ficasse a recomendação para fiscalização no sentido de se verificar se são queimados resíduos proibidos. -----

Seguidamente, o vice-presidente solicitou a palavra para informar que esteve presente na reunião realizada no Alto do Roçário, com a participação dos representantes da Direcção de Estradas de Aveiro e os presidentes das juntas de freguesias de Paradela e Talhadas, bem como, da direcção do Vouga Sport Clube, na qual ficou decidido apresentar-se um estudo sobre a alteração que se pretende para aquele local. Mais informou o vereador que o estudo se encontra concluído e vai ser apresentado à Direcção de Estradas de Aveiro para apreciação, como ficou combinado na referida reunião. -----

Francisco Ferreira – Em primeiro lugar, pretendeu um esclarecimento sobre o problema relacionado com a remessa da convocatória, não recebida através da via habitual. Informou também, ter sido contactado pelo director dos serviços, por telefone, quando se apercebeu que a mesma não tinha sido recebida, e remeteu via *e-mail* uma cópia da convocatória e dos documentos previsionais. -----

Em segundo lugar, informou ter requerido por escrito, e ainda não recebido, o cartão de eleito local, bem como, uma cópia da apólice do seguro dos eleitos locais. Referiu que, tomara conhecimento que seriam pagas as senhas de presença nos próximos dias, mas não foi dito quanto aos demais abonos, designadamente, o subsídio de transporte relacionado com as deslocações para as sessões deste órgão.

Seguidamente, falou sobre a recomendação apresentada pelo membro Albano Macedo, dizendo que a subscreve, mas desejava que a homenagem fosse alargada também aos presidentes de junta eleito no mesmo período. O membro Albano Macedo confirmou que a recomendação abrangia a homenagem dos presidentes das assembleias municipais, câmaras municipais e juntas de freguesia. -----

Por último, apresentou uma proposta de recomendação ou moção no sentido da assembleia também se manifestar sobre a proposta apresentada e aprovada, em larga maioria, no congresso da ANMP, designadamente, quanto à comemoração dos trinta anos do poder local e mostrar desacordo contra a proposta da nova Lei

das Finanças Locais, que apresenta muitos aspectos negativos para as finanças locais. -----

Seguidamente, o presidente da assembleia municipal explicou que não houve nenhuma anomalia com a remessa da convocatória, mas apenas e somente com a recepção. Contudo, daria a palavra ao director dos serviços para explicar o que sucedeu. -----

Dada a palavra ao director dos serviços, este informou: que não constava nenhum erro na morada do sobrescrito; que a convocatória foi enviada no dia cinco de Dezembro; que foi deixado um aviso na caixa de correio da morada do membro Francisco Ferreira no dia seguinte e, como não foi levantado, o sobrescrito foi devolvido no passado dia dezanove de Dezembro. Portanto, foi contactado no dia vinte de Dezembro, e combinada a remessa como foi referido. Quanto à emissão do cartão, informou que ainda não foram emitidos os cartões dos eleitos locais. -----

Joaquim Zacarias - Numa nota introdutória, efectuou uma análise e constatação de situações que justificam a sua postura contra as opções deste executivo municipal, referindo alguns aspectos que, entendia, serviam como justificação do atraso constatado neste concelho, comparado com os demais da região. -----

Seguidamente, e antes de apresentar algumas situações, perguntou ao presidente da assembleia municipal quem era o representante deste órgão na GAMA – Grande Área Metropolitana de Aveiro. -----

Referiu que não entendeu a posição manifestada pelo membro José Luis Almeida, na última sessão ordinária, quanto à sinalética no nó de Carvoeiro, onde aquele membro defendia manter-se como se encontra sinalizada para se evitar o aumento do trânsito de camiões na ex-EN16. -----

Embora sabendo que pertence ao concelho de Albergaria-a-Velha, sublinhou a necessidade de intervenção no troço da ex-E16, entre a Foz e Carvoeiro, porque é uma via muito utilizada pelas gentes deste concelho. -----

Perguntou quando seriam executadas as rotundas junto às escolas, bem como, sobre a localização e utilidade da rotunda que está a ser executada em Nogueira. -----

Informou que: a estrada entre Nespereira de Cima e o Borrallhal está muito degradada; acontece o mesmo na Rua do Comércio, onde para além do piso em mau estado, constata-se haver uma certa desordem no estacionamento; que uma das laterais da Rua da Torre e da Corredoura não se encontra pavimentada; que a limpeza das valetas na vila, nos passeios da EN328, na ex-EN16 e estrada do Borrallhal para cima está muito deficiente. -----

Tomou conhecimento que existe um edifício em Talhadas, sem saneamento, a vaziar esgotos para o passeio e estrada. Isto aconteceu no passado dia dezanove de Dezembro, à noite, como constataram várias pessoas presentes naquele local. Mas, verifica-se com alguma frequência, conforme declarações prestadas por alguns particulares. -----

O mesmo também acontece, no centro da vila, num edifício próximo da Caixa Geral de Depósitos, aparecem com frequência águas residuais na berma da estrada. Concluiu, dizendo que estas eram as notas que pretendeu apresentar. -----

José Almeida e Costa – Informou presumir que seria o representante da assembleia na GAMA. -----

Manuel Soares – Respondeu que, em relação à GAMA há um impasse devido às dúvidas suscitadas quanto ao novo quadro do associativismo municipal que poderá provocar alterações na composição dos municípios aderentes. No entanto, os presidentes dos municípios pertencentes à junta metropolitana efectuam reuniões,

com alguma periodicidade, para preparem acções relacionadas com o novo quadro comunitário de apoio. -----

Em relação ao troço de estrada entre a Foz e Carvoeiro, informou que já foram efectuadas algumas reuniões com o presidente da câmara de Albergaria-a-Velha para saberem se era possível reparar aquele piso, mas como é necessário um investimento muito elevado, estão à espera de obterem o respectivo financiamento para poderem intervir naquele troço. -----

A rotunda junto às escolas possui já um projecto realizado e presumiu que serão iniciados os trabalhos no próximo ano, incluindo a passagem aérea prometida para Paradela. -----

Quanto à rotunda de Aldariz, em Nogueira, informou que está a ser feita de acordo com o estudo e projecto elaborado de acordo com as regras definidas, conforme informação prestada pelos técnicos. Informou também que a obra não está concluída, faltando a sinalização vertical e horizontal junto à rotunda, com separadores informativos para se saber por onde devem seguir os condutores dos veículos. -----

Sobre a estrada de Nespereira ao Borrhal informou encontrar-se concluído o projecto para a rectificação daquela via, mas terá que se aguardar mais algum tempo, até ser possível fazer-se a intervenção desejada. -----

Em relação à Rua do Comércio, disse que através dos primeiros objectivos da UAC pretende-se fazer uma intervenção, tendo sido realizado um estudo que se encontra para análise e apreciação. -----

Relativamente à limpeza de passeios, disse terem já comunicado à Direcção de Estradas de Aveiro, a necessidade de intervenção naquele espaço, porque essa tarefa é da competência daquela entidade. -----

Por último, quanto ao problema sobre o saneamento no edifício em Talhadas, informou que têm conhecimento desse facto, que resulta do facto de não haver saneamento naquele local e as fossas sépticas não comportarem os esgotos. Mas, o licenciamento das fossas não é competência desta entidade, pertencendo à entidade que superintende o domínio hídrico – e foram construídas numa zona rochosa onde nasce muita água, provocando os problemas referidos. -----

José Luis Almeida – Foi-lhe dada a palavra, para referir que manifestara a sua opinião sobre a não circulação de camiões na ex-EN16, porque não possui uma estrutura adequada para o transito de veículos de grande porte, que provocariam danos na estrada e condicionariam a circulação dos demais veículos. -----

Depois do intervalo, o presidente da Assembleia Municipal comunicou que, em princípio, por meados do próximo mês, será realizada uma sessão extraordinária, para apreciação e aprovação de um documento muito importante para o município. -----

-----3 - Período da Ordem do Dia-----

3.1 – Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2007: - O presidente da Câmara Municipal prestou, em linhas gerais, as considerações sobre a proposta aprovada pelo executivo, de acordo com a nota escrita que elaborou e transmitiu à assembleia, comunicando no final que seriam dadas as justificações em função das intervenções dos membros inscritos. Seguidamente, o presidente da Assembleia Municipal deu autorização para a intervenção dos membros que procederam à inscrição para se pronunciarem sobre os documentos previsionais. -----

Intervenções: -----

José Braga – Estando a ser discutido mais um orçamento e plano de actividades para o próximo ano económico, referiu que se tratam de documentos sem qualquer estratégia ou missão e, de certo modo, uma farsa, invocando a certidão distribuída

juntamente com os demais documentos. Seguidamente, procedeu à leitura de uma parte do texto contido na referida certidão, designadamente, sobre o pedido realizado pelo presidente da câmara na reunião do órgão executivo a solicitar a indicação dos “projectos estruturantes tão propalados”. Isto, para dizer que estavam exarados na proposta apresentada durante a campanha eleitoral do PSD, devidamente estruturados e fundamentados. -----

Quanto aos documentos previsionais apresentados referiu continuarem a verificar que, a receita corrente continua a crescer na ordem dos 5,7%, enquanto que as despesas de investimento apresentam um decréscimo de 1,46%. Por esse motivo referiu não poderem concordar com este orçamento. -----

Por último, solicitou nos termos do n.º 3, do art.º 48º da Lei das Autarquias Locais, que o vereador João Almeida explicasse a resposta que dera e consta na referida certidão. -----

O presidente da assembleia municipal quanto ao pedido de intervenção do vereador João Almeida, informou que nos termos da citada disposição só poderá intervir se o presidente da câmara solicitar, dizendo que não possuía competência para autorizar a intervenção do vereador, senão estaria a cometer uma ilegalidade. -----

Francisco Ferreira – Sobre este ponto da ordem do dia, solicitou alguns esclarecimentos. Como já tinha referido antes, informou ter recebido a documentação relacionada com este assunto muito próximo da data desta sessão e, portanto, não tivera o tempo desejado para se debruçar sobre a informação contida nos documentos previsionais. Da análise que realizara aos documentos vislumbrase um aumento na despesa, solicitando ao presidente da câmara uma explicação desse facto. Perguntou, se autonomamente existe previsto o orçamento da Assembleia Municipal, cuja questão já tinha sido levantada no momento em que foi apreciado o Orçamento anterior. Outra situação apontada, prendeu-se com a obrigação imposta por lei quanto à audição dos partidos no momento da elaboração destes documentos. Concluiu dizendo que não recebera qualquer convite para participar nesse trabalho ou apresentar as sugestões do partido que representa. -----

Por último, solicitou esclarecimentos quanto às afirmações exaradas na mencionada certidão e que não correspondem à verdade, designadamente, em relação ao que foi aprovado na reunião da Câmara Municipal sobre este orçamento. O presidente da assembleia municipal deu a palavra ao presidente da câmara, solicitando que se pronunciasse sobre a audição dos partidos da oposição, conforme o solicitado pelo membro Francisco Ferreira. Quanto ao orçamento da Assembleia Municipal informou estarem incluídas verbas num total de 22 850 €, com um acréscimo de 21 000€, em relação a 2006, que também estava previsto, separadamente. -----

Manuel Soares – Em relação às sugestões, como estabelece o estatuto da oposição, informou que é obrigatória a consulta dos partidos da oposição e foi enviada uma comunicação para os partidos localmente. Mas, nenhum partido apresentou qualquer proposta ou sugestão e, seria impensável a inclusão dos projectos do programa apresentado ao eleitorado pelo PSD, como referiu o membro José Braga. Concluiu, dizendo que os orçamentos são anuais, devendo-se ponderar, ano a ano, de acordo com os recursos disponíveis, as acções e projectos a incluir. E o que a lei prevê é, simplesmente, o pedido de sugestões para cada orçamento em concreto. ---
Informou que o orçamento da Assembleia Municipal se encontra incluído no Orçamento municipal respeitando o que se encontra previsto na Lei das Autarquias Locais. -----

Em relação ao aumento da despesa, referiu já ter explicado os motivos desse acréscimo e voltou a referir alguns factores que influenciaram esse facto, nomeadamente, na área da educação, devido aos protocolos celebrados com a administração central, e, apoio às colectividades do concelho. -----

Por último, o presidente da câmara solicitou ao director de departamento que se pronunciasse sobre a mencionada certidão cujo conteúdo desconhecia, porque não lhe tinha sido entregue qualquer cópia. -----

O director de departamento informou que a certidão reflectia a decisão tomada pelo órgão executivo, podendo conter qualquer inexactidão sobre as intervenções. Aproveitou para informar o membro Francisco Ferreira, quanto à questão colocada sobre o orçamento da Assembleia Municipal, que a Lei das Autarquias Locais prevê a inscrição no orçamento das rubricas necessárias para serem satisfeitas as despesas do órgão deliberativo, estando essa situação devidamente individualizada na classificação orgânica 01.02 – Administração Municipal/Assembleia Municipal, conforme se pode verificar na folha número três. -----

Elisabete Henriques – Sublinhou os aspectos positivos reflectidos nos documentos previsionais, relacionados com a actividade que se pretende desenvolver nas áreas da educação, da cultura, do desporto e da acção social, através do apoio às associações, na acção social escolar, na beneficiação e construção de infra-estruturas para as crianças, jovens e idosos. Considerou que as despesas nessas áreas deverão ser consideradas como um investimento, porque a aposta na formação deverá ser encarada como um investimento para o futuro. -----

Joaquim Zacarias – Sobre o ponto em discussão, considerou que, genericamente, os documentos apresentados são uma manta de retalhos e de medidas avulsas sem qualquer estratégia de prioridades e gerador de falsas expectativas. Em segundo lugar, no concreto, considerou haver: a) ausência de projectos para a concretização dos tão necessários acessos à zona nascente da vila e ligação da chamada zona da serra e Ermida ao centro de saúde e escolas; b) ausência de projecto para a ligação rápida da vila, zona industrial dos Padrões, incluindo, porventura, as freguesias de Silva Escura e Dornelas, através de uma via que passasse pela Senhorinha, o lugar da Gândara, até à Foz. Considerando, estranhamente, aparecer agora um projecto para uma via de ligação entre Dornelas e a Branca (folhas 21 e 22, do PPI). Na sua opinião, este projecto só não será descabido, agora, se inserido num plano de prioridades, porque não está contra esse projecto, mas porque considera existirem outras prioridade, tais como, uma via de ligação rápida entre o centro da sede do concelho e o nó de Carvoeiro; para 2007, na área do saneamento a páginas 41, existem vários projectos indicados, mas sem qualquer verba definida. Mas, que tinham sido considerados, na apresentação dos documentos previsionais de 2006, pelo presidente da câmara, como projectos importantes para o bem-estar e de vida da população. Continuou, lendo uma notícia publicada no jornal Beira Vouga, sobre o recurso ao crédito pela câmara municipal de Albergaria-a-Velha, para a realização de uma obra de saneamento na freguesia da Branca; d) a ampliação da Zona Industrial dos Padrões, a norte da variante, em detrimento da ampliação da zona industrial de Talhadas, estrategicamente situada junto à A25, numa zona mais promissora. Estes foram os pontos indicados para justificar a sua votação neste ponto de ordem. -----

Manuel Soares – Respondeu que, os documentos previsionais apresentados reflectem o compromisso assumido e, portanto, não podem nem devem ser alterados todos os anos, porque não fazia qualquer sentido alterar todos os anos o rumo defendido pelo executivo. -----

Considerou haver maiores prioridades que a ligação entre a Ermida e a zona do centro de saúde, perguntando se não seria mais estratégica a conclusão da ligação entre Couto Esteves até à ponte, em Pessegueiro do Vouga. -----

Sobre a sugestão da via entre a vila e a Foz, passando pela Gândara, informou que não é possível como foi manifestado no estudo realizado pelos técnicos do GAT, devido ao declive existente até à ex-EN16. -----

Informou que não foi possível dotar os projectos de saneamento, porque a aposta actual é na área do abastecimento de água. Quanto à situação apontada, informou que Albergaria-a-Velha está integrada num sistema multi-municipal que lhe permite recorrer a outras formas de financiamento. Mas, como acontece com outros municípios da região, estão a ser encetadas acções no sentido de se saber qual a hipótese da SimRia aceitar a integração de mais municípios ao sistema em alta. ---- Em relação às zonas industriais, informou que estão a estudar uma hipótese em Talhadas, mas numa zona de terrenos pertencentes a particulares. Considerou que a ampliação da zona industrial dos Padrões está bem situada. Neste momento, junto ao eixo da EN328 e, mais tarde, próximo do IC35. -----

Albano Macedo – Começou por informar que os documentos apresentados demonstram a estratégia traçada pelo executivo para o próximo ano económico, que será, certamente, de reequilíbrio financeiro como acontece a nível nacional, e de cumprimento dos objectivos do pacto de estabilidade e de crescimento. Mas, também de preparação do próximo quadro comunitário de apoio. -----

Considerou que, por um lado, traduz a necessidade de planeamento e, por outro, reflecte o desafio patente em novos investimentos para aprofundar e consolidar a qualificação territorial das pessoas e das instituições. -----

Defendeu que, os documentos previsionais, são orientados através de dois eixos estratégicos fundamentais - valorização dos factores de coesão social e territorial do concelho e promover a competitividade e dinâmicas sociais e empresariais, da economia, do conhecimento e da inovação. -----

Abordou aspectos relacionados com a necessidade de o orçamento não ser empolado, apenas como objectivo de serem dotados os projectos, porque deverá haver a contenção e rigor indispensáveis, devido à conjuntura económica e efeitos que poderão advir da aprovação da nova Lei das Autarquias Locais, bem como, a falta de regulamentação do novo quadro estratégico de apoio, onde não se sabe quais as áreas de intervenção e projectos com possibilidade de se tornarem elegíveis. -----

Concluiu, indicando os aspectos patentes nos documentos previsionais que evidenciam a estratégia do executivo. -----

José Luis Almeida – Teceu algumas considerações sobre as Grandes Opções do Plano, designadamente, para apresentar outra visão, sublinhando a aposta em três vectores da maior importância para o desenvolvimento deste concelho, que são a Rede Viária, as Zonas Industriais e o Turismo. Continuou, dizendo que em relação à rede viária, não é possível fazer tudo o que é desejado, mas verifica-se a preocupação na concretização de projectos importantes, tais como, a ligação do Couto a Pessegueiro, a conclusão da estrada de ligação entre Rocas e Couto, o estudo da ligação das freguesias de Couto de Esteves e Ribeiradio, a construção da Estação de Camionagem e outros projectos indicados no PPI. -----

Na sua opinião, a aposta na ampliação das actuais zonas industriais, vai trazer certamente uma melhoria na competitividade das empresas já instaladas e a instalar. As competências criadas através do projecto da Vougapark, irão tornar o

nosso concelho mais apetecível e trará e criará novas oportunidades de emprego para as gentes deste concelho. -----

O terceiro vector, em sua opinião, resultará de uma panóplia de situações criadas para além das naturais, que não são suficientes por si só, devendo ser completadas com projectos, tais como, a remodelação das Minas do Braçal, a criação dos circuitos pedestres, a ciclovía e outros projectos. -----

Concluiu, dizendo que o executivo através das apostas patentes nos documentos previsionais, evidencia a vontade de diminuir e eliminar as desvantagens que poderão existir comparativamente com municípios vizinhos. -----

No final das intervenções, o presidente da câmara, justificou a proposta apresentada, através de uma análise crítica e sucinta das áreas de intervenção patentes nos documentos previsionais, em função das competências cometidas aos municípios. -----

Deliberação – No uso da competência dada através da alínea b), do n.º 2, do artigo 53º da Lei das Autarquias Locais, os documentos previsionais para o ano económico de 2007, cujo Orçamento de Receita e Despesa é de 11.570.000,00€ (onze milhões, quinhentos e setenta mil euros), com os valores evidenciados nas rubricas por classificação orgânica, económica e funcional, nesta última situação, discriminados nos projectos e acções das Grandes Opções do Plano, com uma dotação definida de 7.283.000,00€ (sete milhões, duzentos e oitenta e três mil euros), documento esse que reúne o Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Actividades Municipais, foram aprovados por maioria, com oito votos contra, dos membros: Francisco Ferreira, José Braga, Ana Hadden, Severo Pereira, Joaquim Zacarias, Manuel Soares, José Coutinho e Silvério Gomes; duas abstenções, de José Loureiro e Rui Rocha; e dezoito votos a favor, dos restantes membros.-----

De igual modo, foi aprovada a proposta apresentada pelo órgão executivo exarada nas últimas folhas dos documentos previsionais, dada aqui como reproduzida, para os devidos e legais efeitos. -----

Declaração de Voto – Foi entregue à mesa pelo membro Francisco Ferreira uma declaração de voto, que vai ser arquivada junto dos documentos desta sessão, considerada aqui como transcrita. -----

3.2 – 3ª Revisão Orçamental de 2006: - Seguidamente, o presidente da Câmara Municipal prestou os esclarecimentos necessários sobre o documento apresentado, atempadamente, aos membros deste órgão, sobre a 11ª Modificação Orçamental de 2006, que compreende a 3ª Revisão, com um reforço do orçamento de receita, despesa e Plano Plurianual de Investimentos em 60.000,00€ (sessenta mil euros). -- Este documento foi aprovado por maioria com a abstenção do membro Francisco Ferreira e os votos a favor dos restantes membros. -----

3.3 – Freguesia de Dornelas - Delimitação – Depois de prestados os esclarecimentos sobre os novos limites indicados nos documentos distribuídos e que instruem esta proposta de delimitação da freguesia de Dornelas, deste concelho, com a freguesia de Palmaz, do concelho de Oliveira de Azeméis, foi colocada à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, nos termos da competência atribuída a este órgão conforme o previsto na alínea b), do n.º 3, do art.º 5º, da Lei das Autarquias Locais. -----

3.4 – Freguesia de Silva Escura - Delimitação – Depois de prestados os esclarecimentos sobre os novos limites indicados nos documentos distribuídos e que instruem esta proposta de delimitação da freguesia de Silva Escura, deste concelho, com a freguesia de Palmaz, do concelho de Oliveira de Azeméis, foi colocada à votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, nos termos da

competência atribuída a este órgão conforme o previsto na alínea b), do n.º 3, do art.º 5º, da Lei das Autarquias Locais. -----

3.5 – Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água do Concelho de Sever do Vouga

– O membro Albano Macedo fez uma intervenção na apreciação deste regulamento, conforme texto entregue e considerado como transcrito. -----

Após as notas introdutórias sobre o documento apresentado e prestados os esclarecimentos às questões colocadas, foi posta à votação a proposta de alteração do “Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água do Concelho de Sever do Vouga”, tendo sido aprovada, por maioria, nos termos da competência dada ao presente órgão, através da norma contida na alínea a), do n.º 2, do art.º 53º, da Lei das Autarquias Locais. Foi registado o voto contra do membro Severo Pereira e os votos a favor dos restantes membros. -----

4 - Outros assuntos:

Não foi acrescentado qualquer assunto à ordem de trabalhos. -----

-----5 - Período de Intervenção do Público-----

----- Não foi registada qualquer intervenção do público presente, apenas a vontade do vereador João Almeida falar neste período, recusada pela mesa da assembleia, em função da interpretação que fez das normas contidas no Regimento e Lei das Autarquias Locais, que prevêem um período destinado ao público e não para a intervenção de qualquer membro dos órgãos municipais. -----

O presidente da assembleia informou que ficaria em acta a seguinte menção: -----

Que o Dr. João de Almeida ausentou-se da bancada destinada aos vereadores, tendo reentrado e ocupado o seu lugar no local destinado ao público, donde pediu a palavra à mesa o que foi recusado, pelos motivos supra expostos. -----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja acta em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir eficácia imediata, tendo sido elaborada a presente acta, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por quem a redigiu. -----
